

Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	10
Balancos patrimoniais	13
Demonstrações dos resultados	14
Demonstrações dos resultados abrangentes	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras	18

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

1.1. Apresentação e contexto operacional

A Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A. (“AENA Brasil”, “ANB” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, de propósito específico e foi constituída em 30 de maio de 2019, com sede na Rua Barão de Souza Leão, 425, 19º andar, Boa Viagem, Recife/PE, CEP: 51.030-300, Recife - Pernambuco, Brasil. É uma subsidiária integral da Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A. (“AENA Desarrollo”), sociedade constituída sob leis da Espanha, com sede em Madri na Espanha.

A AENA Desarrollo é uma subsidiária da Aena, SME, S.A. (“Grupo AENA”), uma Companhia cotada na bolsa de valores da Espanha, que administra aeroportos e heliportos em toda a Espanha e que por meio da AENA Desarrollo também participa da administração de 23 aeroportos em diferentes países (Reino Unido, Jamaica, México, Colômbia e Brasil).

O Grupo AENA simboliza um modelo de sucesso em gestão internacional com projeção marcante na Ibero América, cujo último evento foi vencer o leilão para adquirir a concessão do grupo SP/MS/PA/MG, que inclui o aeroporto de Congonhas em São Paulo e mais outros 10 aeroportos, em 2022.

Em 05 de setembro de 2019, a Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC”) e a Companhia assinaram o contrato de concessão do Bloco Nordeste, nº 001/ANAC/2019, com o objeto da Concessão dos serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos aeroportos integrantes do Bloco Nordeste, composto por:

- Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes - Gilberto Freyre – SBRF;
- Aeroporto de Maceió - Zumbi dos Palmares – SBMO;
- Aeroporto Internacional de João Pessoa - Presidente Castro Pinto – SBJP;
- Aeroporto Internacional Santa Maria - Aracaju – SBAR;
- Aeroporto de Campina Grande - Presidente João Suassuna – SBKG; e
- Aeroporto de Juazeiro do Norte - Orlando Bezerra de Menezes – SBJU.

A vigência do contrato é de 30 anos, contados a partir da data de eficácia de 09 de outubro de 2019. O contrato poderá ser prorrogado por até 5 anos, uma única vez, para fins de recomposição de equilíbrio econômico-financeiro em decorrência de revisão extraordinária, na forma prevista no contrato de concessão – apreciação e decisão pela ANAC, procedimento de Revisão Extraordinária que pode ocorrer de ofício ou mediante solicitação da Companhia.

O contrato de concessão será implementado nas seguintes fases:

Fase 1-A: Mediante acordo entre Aeroportos do Nordeste do Brasil, Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, o processo de assunção dos aeroportos do bloco Nordeste deu-se de forma escalonada visando mitigar impactos operacionais, fase concluída no primeiro trimestre de 2020.

Fase 1-B: Fase de ampliação dos aeroportos pela Companhia para adequação da infraestrutura e recomposição do nível de serviço estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuário. Estimamos que esta fase seja completada em 2023.

Fase 2: Demais fases de ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos até a finalização da concessão.

1.2. Principais eventos

Reflexos pandemia COVID-19

Como é conhecido, em 26 de fevereiro de 2020 foi confirmado o 1º caso de corona vírus no Brasil, em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou oficialmente a pandemia do Covid -19 e em 20 março de 2020 o Governo Federal decretou o Estado de Calamidade Pública, e que possibilitou adotar medidas emergenciais para auxiliar a economia, saúde pública e a população brasileira.

Após a melhoria observada no segundo semestre 2020, a pandemia voltou se a agravar a partir de fevereiro 2021 e a segunda onda durou até o segundo trimestre 2021. No entanto, a campanha de vacinação teve um impulso no segundo trimestre 2021 e até o final de setembro 2021 o número de casos havia caído em praticamente todos os estados.

Acompanhando a melhora da situação epidemiológica, no final do terceiro trimestre de 2021, foram levantadas a maior parte das restrições de mobilidade e atividade aplicadas pelos estados e municípios em que a ANB atua. A variante Omicron não teve incidentes significativos no ano, fechando o tráfego do mês de dezembro de 2021 com aumento de 1,5% em relação ao tráfego do mesmo mês do ano de 2019.

Entre o fim de 2021 e início de 2022 a variante Ômicron provocou um pico de infecções, o que fez com que as medidas sanitárias fossem mantidas nos aeroportos até meados de agosto 2022. Em contrapartida o tráfego doméstico manteve o ritmo de recuperação, e no segundo semestre de 2022 ficou evidenciado a equiparação com os dados de 2019.

Tráfego de passageiros 2022 vs 2019 (nível pré pandemia) e 2022 vs 2021



Fonte 2019: ANAC
 Fonte 2020 a 2022: Aena Brasil

Em 2022 fica evidenciada a recuperação do tráfego aos patamares de 2019, superando em 0,1% os números pré pandêmicos. Em comparação com o ano de 2021, a Companhia fechou com aumento de 17,5%. Foram fatores determinantes a recuperação do tráfego doméstico e o retorno parcial das rotas internacionais.

Processo de reequilíbrio econômico-financeiro

O Contrato de Concessão firmado pela ANB com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), estabelece na cláusula 5.2 que eventos de força maior ou fortuitos são riscos do poder concedente (exceto aqueles que podem ser cobertos por seguro) e podem dar lugar a Revisão Extraordinária, desde que impliquem alteração relevante nos custos ou receitas da Concessionária.

Por sua vez, o artigo 6.23 do Contrato de Concessão prevê que os procedimentos de Revisão Extraordinária visam restabelecer o equilíbrio do Contrato, a fim de compensar as perdas ou lucros creditados à Concessionária, pela ocorrência de determinados eventos, desde que impliquem alteração relevante nos custos ou rendimentos da Concessionária.

De acordo com o disposto no Contrato de Concessão, considerando também as interpretações feitas pelas autoridades brasileiras sobre a pandemia de COVID-19, bem como a legislação aplicável ao caso, a ANB vem apresentando à ANAC pedidos de conciliação econômico-financeira, pelo montante dos desequilíbrios estimados nos exercícios de 2020 a 2022.

Em dezembro de 2022 e dezembro de 2021, a ANAC aprovou as solicitações correspondentes aos exercícios de 2021 e 2020, respectivamente, concluindo que os fatos narrados se enquadram na matriz de risco contratual. Os montantes de desequilíbrio reconhecidos foram:

- Exercício 2021, aprovado em 2022: R\$ 46,0 milhões antes de impostos; e
- Exercício 2020, aprovado em 2021: R\$ 69,7 milhões antes de impostos.

Este desequilíbrio será compensado da seguinte forma:

- Assunção do excesso das tarifas aplicadas em 2020 no aeroporto de Maceió sobre o teto tarifário contratual aplicável, para R\$ 1,1 milhões;
- Aumento desde janeiro de 2022 nas tarifas de embarque nacionais e internacionais nos aeroportos do Recife (R\$ 2,50/passageiro) e Maceió, Aracaju e João Pessoa (R\$ 2,20/passageiro), acima do teto tarifário contratual aplicável a esses aeroportos. A partir de janeiro de 2023, esses valores aumentaram para R\$ 7,42/passageiro em Recife, R\$ 3,27/passageiro em Maceió, R\$ 4,61/passageiro em João Pessoa e R\$ 2,92/passageiro em Aracajú;
- Eliminação da contribuição anual variável. Essa contribuição a pagar ao Fundo Nacional de Aviação Civil é determinada em percentual da receita da concessão, a partir do 5º ano completo da concessão (2024) e até sua conclusão;

As medidas serão aplicadas até o esgotamento do desequilíbrio, que será atualizado pelo IPCA (Índice de Preços no Consumidor Amplo) e pelo WACC contratual de 8.86%; e

Uma vez concluído o processo de aprovação do reequilíbrio 2021, a ANB iniciou o processo de solicitação do desequilíbrio do ano 2022 no entendimento de que circunstâncias semelhantes às do ano 2021 continuaram prevalecendo. Assim, em dezembro de 2022 foi apresentado um pedido de reequilíbrio com base em uma estimativa do EBITDA ao final do exercício, com metodologia de cálculo e condições de reequilíbrio semelhantes às dos exercícios 2020 e 2021.

Obras fase 1-B

As obras da fase 1-B ou “obras de melhorias e expansão dos terminais” visam:

- **Lado Terra** – ampliar a capacidade de processamento de passageiros e bagagens nos aeroportos, incluído terminal de passageiros, estacionamento de veículos, vias terrestres associadas e outras infraestruturas de apoio, provendo área e equipamentos adequados; e
- **Lado Ar** – (i) ampliar as áreas de movimento de aeronaves; (ii) instalar sistema visual indicador de rampa de aproximação nas cabeceiras de pistas de pousos e decolagens; (iii) realizar as adequações de infraestrutura necessárias para que os aeroportos estejam habilitados a operar, no mínimo, aeronaves código 3C em Regras de Voo por Instrumento (IFR) não-precisão, sem restrição, noturno e diurno; (iv) implantar áreas de segurança de fim de pista (RESA) nas cabeceiras das pistas de pouso e decolagem; (v) disponibilizar recursos físicos para realização da inspeção de segurança em até 100% (cem por cento) da bagagem despachada da carga e da mala postal embarcadas em aeronaves partindo dos aeroportos.

Como parte do plano de contingência Covid em 2020, às datas inicialmente estabelecidas para conclusão dos investimentos da Fase IB passaram a ter um novo prazo limite, junho de 2023.

As obras foram iniciadas nos 6 aeroportos no primeiro trimestre de 2022.

A maior parte das obras foi estruturada em regime EPC (*Engineering, Procurement and Construction*) divididos em blocos de aeroportos visando mitigar riscos: Bloco 1 - Aeroporto de Recife, Bloco 2 – Aeroportos de João Pessoa e Campina Grande e Bloco 3 - Aeroportos de Aracaju, Maceió e Juazeiro do Norte. Os contratos EPC foram adjudicados em 2021 a consórcios de construtoras e empresas de engenharia, sendo assinados os correspondentes aos Blocos 1 e 2 em dezembro de 2021, e o do Bloco 3 em fevereiro de 2022. No primeiro semestre de 2022 foram firmados os contratos para fornecimento das instalações complexas, como o sistema de tratamento de bagagens, pontes de embarque e equipamentos de segurança.

O valor global dos investimentos para os 6 aeroportos soma aproximadamente R\$ 1.400 milhões de reais. A conclusão dos investimentos da Fase 1-B está prevista para 2023. Destacam-se a seguir os principais avanços das obras por aeroporto, em 31 de dezembro de 2022:

- **Recife.** Foram entregues várias áreas da reforma interna do edifício terminal (escritórios, *back office*, banheiros, entre outros). Foram praticamente finalizados os trabalhos na pista de voos e foram finalizadas as RESAS. 7 novos hangares foram construídos, e foi iniciada a estrutura metálica da expansão norte do terminal.
- **João Pessoa.** Foram entregues duas posições na nova plataforma de aeronaves e foram finalizadas as RESAS. Dentro do edifício terminal, foram postos em serviço o novo canal de inspeção de passageiros, bem como diversas áreas de escritórios e banheiros.
- **Campina Grande.** Foi entregue a nova sala de despacho de bagagens provisional, e foram finalizadas as RESAS.
- **Aracaju.** Foi posta em utilização a nova sala de embarque doméstica do edifício terminal. No lado ar, foi finalizada a nova posição de estacionamento de aeronave e uma das RESAS.
- **Juazeiro do Norte:** Foram finalizadas a nova sala de embarque do edifício terminal, a área de equipamentos na plataforma e as RESAS.

- **Maceió:** No edifício terminal, foram entregues os canais de inspeção de passageiros doméstico e internacional, a sala de remotos Este e os escritórios dos órgãos públicos. No lado ar, foi finalizada uma das RESAS.

Operação

Os seis aeroportos administrados pela Companhia registraram 13,8 milhões de passageiros até 31 de dezembro de 2022, o que representa um aumento YoY (*Year over Year*) de 17,8% e uma recuperação de 100,14% do tráfego no mesmo período de 2019.

Em termos de movimentação de aeronaves e volume de carga, registraram-se 135.074 operações (+10,4% YoY) e 71.140 toneladas de mercadorias (+4,2% YoY).

A seguir é demonstrado o volume de passageiros em cada aeroporto administrado pela AENA Brasil:

Milhões de passageiros

Localidade do aeroporto	2022	2021	2020 ⁽¹⁾
Recife (SBRF)	8,7	7,5	4,8
Maceió (SBMO)	2,3	1,9	1,2
João Pessoa (SBJP)	1,2	1,0	0,8
Aracajú (SBAR)	1,0	0,8	0,6
Juazeiro do Norte (SBJU)	0,5	0,4	0,3
Campina Grande (SBKG)	0,1	0,1	0,1
TOTAL	13,8	7,0	7,8

⁽¹⁾ Dados do período cheio de 01 de janeiro a 31 de dezembro, não ajustados a data de início das operações de Aena Brasil em cada aeroporto.

As receitas da AENA Brasil aumentaram no exercício para R\$ 1.129,1 milhões (R\$ 370,8 milhões em 31 de dezembro de 2021).

As receitas aeronáuticas, líquidas de impostos, cresceram para R\$ 277,3 milhões (R\$ 187,3 milhões em 2021).

As receitas não tarifárias aumentaram para R\$ 128,7 milhões (R\$ 99,1 milhões em 2021). As receitas de serviços de construção (ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão/IFRIC 12) atingiram R\$ 723,0 milhões (R\$ 84,4 milhões em 2021), como resultado da execução de obras para desenvolvimento dos projetos da Fase 1-B do contrato de concessão e outros investimentos nos aeroportos.

O EBITDA/LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciação, *impairment* e amortização) foi positivo no valor total de R\$ 185,6 milhões (2021: R\$ 105,9 milhões), afetado pelas despesas/custos operacionais na ordem de R\$ 943,5 milhões (2021: R\$ 264,9 milhões). As despesas gerais e administrativas cresceram para R\$ 47,6 milhões (2021: R\$ 40,9 milhões) e os custos operacionais aumentaram para R\$ 172,6 milhões (2021: R\$ 138,6 milhões).

O resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos do ano foi positivo em R\$ 312,9 milhões (2021: negativo em R\$ 551,9 milhões), afetado principalmente pelas depreciações e amortizações de R\$ 53,5 milhões e reversão do *impairment* do ativo intangível de R\$ 180,8 milhões (2021: depreciações e amortizações de R\$ 56,0 milhões e *impairment* de R\$ 601,8 milhões).

O resultado financeiro líquido foi positivo em R\$ 10,8 milhões, devido principalmente a incidência das receitas das aplicações financeiras. Em 2021, o resultado financeiro líquido foi positivo em R\$ 3,7 milhões.

O lucro líquido do exercício alcançou a importância de R\$ 213,7 milhões (2021: prejuízo líquido de R\$ 361,5 milhões), com o impacto da despesa com imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 110,1 milhões (2021: receita de R\$ 186,7 milhões).

Em relação à situação financeira da Companhia, em 30 de dezembro de 2021, foi assinado um financiamento de R\$ 791 milhões com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., e em 31 de março de 2022 foi assinado um financiamento com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no total de R\$ 1.048 milhões, contratos esses destinados a financiar os investimentos da concessão. O desembolso dos recursos pelos bancos iniciou-se em julho 2022.

2. Governança, Gestão e Estratégia Corporativa

Administração

A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A Governança Corporativa da Companhia tem como principal objetivo conduzir continuamente os processos decisórios e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses dos acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio e igualdade de interesses e oportunidades nos processos de tomada de decisão.

O Conselho de Administração é integrado pelo Sr. Francisco Javier Marín San Andrés – Presidente, Srs.(a) Rodrigo Marabini Ruiz, José Leo Vizcaíno, Juan Carlos Alfonso Rubio, Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano, Antonio Fernández Poyato, María José Cuenda Chamorro e Noelia Martínez Morato, membros eleitos pela Assembleia Geral.

A Diretoria Executiva é composta pelo Sr. Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano – Diretor Presidente, Sr. Joaquín Rodríguez Guerrero – Diretor Geral, Sr. Roberto Ángel Ramírez García – Diretor Econômico-Financeiro, Begoña Felices Pascual – Diretora Comercial e Raúl Moya González – Diretor de Operações, Infraestrutura e TI, diretores eleitos pelo Conselho de Administração, que exercem suas funções em regime de tempo integral, com prazos de gestão de três anos, permitidas reeleições.

3. Considerações finais

Audidores Independentes

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Recife, 14 de fevereiro de 2023

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil
Telefone +55 (81) 3414-7950
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 14 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC PE-000904/F-7



Raniery Borges Marques
Contador CRC 1SP217700/O-3

Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	210.801	1.565	Fornecedores	13	110.812	29.288
Aplicações financeiras	7	8.119	218.376	Empréstimos e arrendamentos	14	8.542	70.402
Contas a receber de clientes	8	45.824	38.168	Contas a pagar - partes relacionadas	15	-	37.599
Imposto a recuperar	9	15.060	9.285	Impostos a recolher	16	15.114	9.376
Despesas antecipadas	28	6.413	1.651	Passivos fiscais correntes	17	4.402	4.440
Outros créditos	28	2.473	529	Obrigações sociais e trabalhistas	18	14.148	10.873
				Provisões de contas a pagar	19	84.021	27.186
Total do ativo circulante		288.690	269.574	Outras contas a pagar	20	7.512	3.809
				Provisão para contingências	21	2.442	-
				Total do passivo circulante		246.993	192.973
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Aplicações financeiras	7	26.728	-	Empréstimos e arrendamentos	14	678.634	1.100
Impostos diferidos	10	284.059	373.113	Contas a pagar - partes relacionadas	15	37.189	-
Impostos a recuperar	9	68.519	-	Provisão para contingências	21	240	-
Total do realizável a longo prazo		379.306	373.113	Total do passivo não circulante		716.063	1.100
				Patrimônio líquido	22		
Imobilizado	11	2.712	4.106	Capital social		2.389.000	2.389.000
Intangível	12	2.190.273	1.231.527	Prejuízos acumulados		(491.075)	(704.753)
Total do ativo não circulante		2.572.291	1.608.746	Total do patrimônio líquido		1.897.925	1.684.247
Total do ativo		2.860.981	1.878.320	Total do passivo e patrimônio líquido		2.860.981	1.878.320

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Notas	2022	2021
Receitas operacionais líquidas	23	1.128.901	370.810
Outras receitas - venda de sucata	23	157	-
Custos dos serviços prestados	24	<u>(949.178)</u>	<u>(278.979)</u>
Lucro bruto		179.880	91.831
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	25	(47.561)	(40.868)
Provisão estimada de crédito de liquidação duvidosa – PECLD	8	(195)	(1.059)
Outras receitas (despesas) Impairment	12	<u>180.839</u>	<u>(601.813)</u>
Resultado antes do resultado financeiro líquido		<u>312.963</u>	<u>(551.909)</u>
Receitas financeiras	26	38.589	9.963
Despesas financeiras	26	<u>(27.740)</u>	<u>(6.243)</u>
Resultado financeiro líquido	26	<u>10.849</u>	<u>3.720</u>
Resultado antes dos impostos		<u>323.812</u>	<u>(548.189)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	10	<u>(110.134)</u>	<u>186.652</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		<u>213.678</u>	<u>(361.537)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	213.678	(361.537)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>213.678</u></u>	<u><u>(361.537)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2.389.000	1.849	(345.065)	2.045.784
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(361.537)	(361.537)
Juros <i>intercompany</i>	15	-	(1.849)	1.849	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>2.389.000</u>	<u>-</u>	<u>(704.753)</u>	<u>1.684.247</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	213.678	213.678
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>2.389.000</u>	<u>-</u>	<u>(491.075)</u>	<u>1.897.925</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

		2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		213.678	(361.537)
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social	10	110.134	(186.652)
Depreciação	11	1.776	1.788
Amortização	12	51.721	54.209
Variação cambial	26	(4.417)	320
Impairment	12	(180.839)	601.813
Provisão Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	8	195	1.059
(Reversão) provisão para contingência	21	2.682	(7)
Receita sobre aplicações financeiras	26	(34.172)	(8.893)
Juros incorridos empréstimos e arrendamentos	14	31.432	5.214
		192.190	107.314
Variações nos ativos (aumento)/redução			
Contas a receber de clientes		(7.851)	(9.273)
Imposto a recuperar		(5.775)	(12.843)
Despesas antecipadas		(4.762)	(355)
Outros créditos		(7.719)	(388)
Variações nos passivos aumento/(redução)			
Fornecedores		18.789	1.202
Contas a pagar - partes relacionadas		(411)	166
Obrigações sociais e trabalhistas		3.274	2.286
Impostos e contribuições a recolher		5.700	10.216
Provisões de contas a pagar		12.378	583
Outras contas a pagar		3.700	(1.847)
Juros pagos e IRPJ e CSLL			
Juros pagos	14	(22.390)	(5.499)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(12.476)	(5.186)
Juros recebidos		34.172	8.893
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		208.819	95.269
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições de imobilizado	11 e 30	(453)	(760)
Adições de intangível	12 e 30	(788.848)	(65.151)
Baixas de imobilizado/intangível	11	9	-
Aplicações de longo prazo	7	(26.728)	-
Aplicações financeiras líquidas de resgate	7	210.257	(96.136)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(605.763)	(162.047)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos	14	977.726	-
Pagamentos de passivo de arrendamento	14	(1.546)	(1.236)
Amortização de empréstimos	14	(370.000)	-
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento		606.180	(1.236)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		209.236	(68.014)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.565	69.579
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		210.801	1.565
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		209.236	(68.014)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A. (“AENA Brasil”, “ANB”, “Companhia” ou “Concessionária”) é uma sociedade anônima de capital fechado, de propósito específico, constituída em 30 de maio de 2019. A sede da Companhia está localizada na Rua Barão de Souza Leão, 425, 19º andar, Boa Viagem, CEP: 51.030-300, Recife, Pernambuco. A Companhia tem filiais constituídas em cada uma das seis cidades que possui operação de aeroportos.

A Companhia é uma subsidiária integral da Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A. (“Aena Desarrollo”), sociedade constituída sob leis da Espanha, com sede em Madri na Espanha. A Aena Desarrollo é uma subsidiária da Aena, S.M.E., S.A. (“Grupo Aena”), uma sociedade com ações cotadas na bolsa de valores da Espanha, e que administra aeroportos e heliportos em toda a Espanha. De forma geral, o Grupo Aena participa da administração de 23 aeroportos em diferentes países (Reino Unido, Jamaica, México, Colômbia e Brasil).

Em 05 de setembro de 2019, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e a Companhia assinaram o contrato de concessão do Bloco Nordeste, nº 001/ANAC/2019 (“Contrato”), com o objeto da concessão dos serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos aeroportos integrantes do Bloco Nordeste, composto por:

- Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes - Gilberto Freyre - SBRF;
- Aeroporto de Maceió - Zumbi dos Palmares - SBMO;
- Aeroporto Internacional de João Pessoa - Presidente Castro Pinto - SBJP;
- Aeroporto Internacional Santa Maria - Aracaju - SBAR;
- Aeroporto de Campina Grande - Presidente João Suassuna - SBKG; e
- Aeroporto de Juazeiro do Norte - Orlando Bezerra de Menezes - SBJU.

A vigência do contrato é de 30 anos, contados a partir da data de eficácia: 09 de outubro de 2019. O contrato poderá ser prorrogado por até 5 anos, uma única vez, para fins de recomposição de equilíbrio econômico-financeiro em decorrência de revisão extraordinária na forma prevista no contrato de concessão, apreciação e decisão pela ANAC, após procedimento de Revisão Extraordinária que pode ocorrer de ofício ou mediante solicitação da Companhia.

O contrato de concessão está sendo implementado nas seguintes fases:

- **Fase 1-A:** A Fase de transferência operacional, que ocorreu de forma escalonada no primeiro trimestre de 2020 mediante acordo entre Companhia, ANAC e Infraero, visando mitigar impactos operacionais.
- **Fase 1-B:** Fase de ampliação dos aeroportos pela Companhia para adequação da infraestrutura e recomposição do nível de serviço estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuário. O prazo para execução desta fase é de 44 meses a contar da data de eficácia -

36 meses originais definidos no Contrato mais 8 meses de ampliação concedidos pela ANAC em decorrência da Covid-19.

- **Fase 2:** Demais fases de ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos até a finalização da concessão.

Licenças e autorizações

Atualmente todas as licenças estão vigentes e as principais licenças e autorizações para a operação dos aeroportos são as seguintes:

- Certificado Operacional de Aeroporto, vigentes por tempo indeterminado;
- Alfundegamento pela Receita Federal (aeroportos com voos internacionais), vigente por tempo indeterminado; e
- Licença de operação perante as autoridades municipais, estaduais e federal do meio ambiente. Vigências em geral entre 2 e 3 anos, com vencimentos próximos para 2023 e 2024.

a. *Reequilíbrio do Contrato de Concessão*

O Contrato de Concessão firmado pela ANB com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), estabelece na cláusula 5.2 que eventos de força maior ou fortuitos são riscos do poder concedente (exceto aqueles que podem ser cobertos por seguro) e podem dar lugar a Revisão Extraordinária, desde que impliquem alteração relevante nos custos ou receitas da Concessionária.

Por sua vez, o artigo 6.23 do Contrato de Concessão prevê que os procedimentos de Revisão Extraordinária visam restabelecer o equilíbrio do Contrato, a fim de compensar as perdas ou lucros creditados à Concessionária, pela ocorrência de determinados eventos, desde que impliquem alteração relevante nos custos ou rendimentos da Concessionária.

De acordo com o disposto no Contrato de Concessão, considerando também as interpretações feitas pelas autoridades brasileiras sobre a pandemia de COVID-19, bem como a legislação aplicável ao caso, a ANB vem apresentando à ANAC pedidos de conciliação econômico-financeira, pelo montante dos desequilíbrios estimados nos exercícios de 2020 a 2022.

Em dezembro de 2022 e dezembro de 2021, a ANAC aprovou as solicitações correspondentes aos exercícios de 2020 e 2021, respectivamente, concluindo que os fatos narrados se enquadram na matriz de risco contratual. Os montantes de desequilíbrio reconhecidos foram:

- Exercício 2021, aprovado em 2022: R\$ 46.000 antes de impostos.
- Exercício 2020, aprovado em 2021: R\$ 69.700 antes de impostos.

Este desequilíbrio será compensado da seguinte forma:

- Assunção do excesso das tarifas aplicadas em 2020 no aeroporto de Maceió sobre o teto tarifário contratual aplicável, para R\$ 1.100 mil.
- Aumento desde janeiro de 2022 nas tarifas de embarque nacionais e internacionais nos aeroportos do Recife (R\$ 2,50/passageiro) e Maceió, Aracaju e João Pessoa (R\$ 2,20/passageiro), acima do teto tarifário contratual aplicável a esses aeroportos. A partir de

janeiro de 2023, esses valores aumentaram para R\$ 7,42/passageiro em Recife, R\$ 3,27/passageiro em Maceió, R\$ 4,61/passageiro em João Pessoa e R\$ 2,92/passageiro em Aracaju.

- Eliminação da variável anual de contribuição. Essa contribuição a pagar ao Fundo Nacional de Aviação Civil é determinada em percentual da receita da concessão, a partir do 5º ano completo da concessão (2024) e até sua conclusão.
- As medidas serão aplicadas até o esgotamento do desequilíbrio, que será atualizado pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) e pelo WACC contratual de 8,86%.

Uma vez concluído o processo de aprovação do reequilíbrio 2021, a ANB iniciou o processo de solicitação do desequilíbrio do ano 2022. Assim, em dezembro de 2022 foi apresentado um pedido de reequilíbrio com base em uma estimativa do EBITDA ao final do exercício, com metodologia de cálculo e condições de reequilíbrio semelhantes às dos exercícios 2020 e 2021.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 14 de fevereiro de 2023.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Caixa e equivalentes de caixa mensurados pelo valor justo.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e usou estimativas e premissas que podem afetar a aplicação das políticas contábeis adotadas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e, quando aplicável, reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

A Companhia entende que não há impactos relevantes decorrentes de julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tenham efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto pelo indicado a seguir:

A ANAC aprovou em 21 de dezembro de 2022 o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão referente ao exercício de 2021. O valor do desequilíbrio aprovado foi de R\$ 46 milhões de reais antes dos impostos, além do valor de R\$ 69,7 milhões já aprovados em 2021, referente ao exercício de 2020. Estes valores serão atualizados anualmente à taxa de desconto do fluxo marginal de 8,86% a.a. estabelecida no Contrato de Concessão, acrescido mais do IPCA, até sua recomposição, que se materializará por meio de: (i) aumentos nas tarifas de embarque nacional e internacional aplicáveis desde janeiro de 2022, e (ii) redução da outorga variável devida ao Poder Concedente a partir do exercício de 2024. Os importes referidos são contabilizados a partir de 2022 como maior receita e menor despesa, respectivamente, assim que os eventos futuros ocorram, ou seja, quando do aumento da tarifa e da compensação da outorga variável.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas à premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em algum ajuste no exercício de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 8** - Contas a receber de clientes - Reconhecimento de provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD: estimativa das perdas de crédito esperadas de possíveis eventos de inadimplência e perdas esperadas;
- **Nota explicativa nº 10** - Imposto de renda corrente e diferido - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Notas explicativas nº 11 e 12** - Imobilizado e Intangível: Aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis (provisão para redução ao valor recuperável do ativo intangível); e
- **Nota explicativa nº 21** - Provisão para contingências: Reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-*

performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo, se houver, no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27 – Instrumentos financeiros.

6 Principais políticas contábeis

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as políticas contábeis abaixo detalhadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados:

a. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento do balanço. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações. As diferenças de moeda estrangeira resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros sobre aplicações financeiras;
- Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre receita de juros sobre aplicações financeiras, integralizações de capital, e transações em moeda estrangeira;
- Capitalização das despesas financeiras atreladas aos financiamentos, para contratação do ativo intangível da concessão, líquidas das receitas financeiras obtidas na colocação dos fundos;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- Juros e despesas pela obtenção de contratos de empréstimos ou arrendamentos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial, quando aplicável. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

Para a capitalização dos custos sobre os financiamentos, atrelados a construção de um ativo qualificável, a Companhia considera como primeira data de cálculo o momento em que satisfaz as seguintes condições:

- Incorre em gastos com o ativo, ou seja, pagamento em caixa, transferência de outros ativos ou quando a entidade assume passivos onerosos;
- Incorre em custos de empréstimos, e estes excedem as receitas financeiras obtidas pela colocação dos excedentes de tesouraria;
- Inicia as atividades que são necessárias ao preparo do ativo para seu uso (incluindo trabalhos técnicos e administrativos, anteriores à construção física).

A Companhia capitaliza os juros e custos sobre os financiamentos e empréstimos do período, líquidos das receitas financeiras, em quanto se dão as condições anteriores.

c. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anualmente para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, quando houver, limitada anualmente a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto de renda e contribuição social corrente

Quando aplicável, a despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, que inclui, quando aplicável, os custos dos empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos por terceiros contratados pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais próximo e reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas que refletem a vida útil dos ativos estão sendo demonstradas na nota explicativa nº 11.

e. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 14 da OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia adota a prática contábil de ativar o preço da delegação do serviço público (outorga), reconhecendo os valores pagos ao Poder Concedente (divulgados na nota explicativa nº 12), baseado nos termos contratuais. Neste tipo de contrato, o concessionário adquire um direito de exploração, uma licença para operar por prazo determinado e, consequentemente, a obrigação irrevogável de: (a) efetuar pagamentos em caixa ao poder concedente; e (b) realizar melhorias e expansões da infraestrutura.

Contratos de concessão de serviços (vide notas 1 e 12)

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

(ii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Amortização*

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Quando a vida útil determinada é inferior ao prazo remanescente da concessão, utiliza-se esta para a amortização.

(iv) *Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 (R1))*

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Como a Companhia presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração corresponde ao direito sobre um ativo intangível. A Companhia reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo, quando aplicável. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante as quais tendem a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o método linear baseado no prazo restante da Concessão. A amortização inicia-se a partir de que o ativo está em condições de produzir benefícios econômicos, o que se entende que acontece a partir do momento em que os usuários podem ser cobrados pela prestação dos serviços públicos.

f. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e, quando aplicável, os títulos de dívida emitidos, são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes VJORA - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através de Resultados (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Quando aplicável, um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A Companhia não emitiu ações preferenciais ou outro tipo de título patrimonial que tenha a possibilidade de conversão em ações ordinárias.

h. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos da dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos da dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamento) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

Há presunção de que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou o ativo financeiro estiver vencido há 31 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente a definição de “grau de investimento”. A Companhia considera que esta seja BB ou superior pela agência de rating de crédito Moody’s.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

O valor contábil de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

i. Provisões

Quando aplicável, uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

j. Receitas

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As receitas da Companhia são oriundas de:

- **Receitas tarifárias:** Constituídas pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia, que remuneram os serviços, equipamentos, instalações e facilidades disponíveis; de acordo com as disposições constantes na Lei 6009/1972, Decreto 89121/1983 na Resolução 432/2017 e na Portaria 219/6C-5/2001 e o previsto no contrato de concessão. O fato gerador para o reconhecimento da receita é a prestação de serviço, a qual é realizada em um período curto; compõem este grupo os acréscimos tarifários de reequilíbrio, demonstrados na nota 23.
- **Receitas não tarifárias:** Decorrentes de exploração das atividades econômicas, diretamente ou mediante celebração de contratos com terceiros, em regime de direito privado. O fato gerador para o reconhecimento da receita é a prestação de serviço, a qual é realizada geralmente ao longo do período dos contratos celebrados; e
- **Receita por prestação de serviço de construção:** Segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante e tende a zero. A receita é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custos incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

k. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período.

(iii) Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando a Companhia reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.

(iv) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

I. Arrendamento mercantil (CPC 06(R2) / IFRS 16)

A Companhia como arrendatária

Um arrendamento é definido como um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período, em troca de uma contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. A Companhia reconhece separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Companhia deprecia os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento, dos dois o menor.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

A Companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

Nas demonstrações dos fluxos de caixa, a Companhia registra os pagamentos do principal dos passivos de arrendamentos como atividade de financiamento. O pagamento dos juros está classificado como atividade operacional.

m. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de nova normas serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alteração ao CPC 32/IAS 12);

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Divulgação das Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8);

7 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	788	1.565
Aplicações financeiras (CDB)	210.013	-
Total	210.801	1.565
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras (CDB)	34.847	218.376
Total	34.847	218.376
Circulante	8.119	218.376
Não circulante	26.728	-
	34.847	218.376

As aplicações financeiras são realizadas em títulos de Certificado de Depósito Bancário - CDB, remuneradas a taxas de entre 95% e 104% (99,7% a 104,25% em 2021) da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, podendo ser resgatadas de imediato ou em prazo inferior a 30 dias sem prejuízo da sua remuneração. As receitas financeiras obtidas durante o exercício estão demonstradas na nota explicativa nº 26.

As aplicações financeiras são classificadas:

- Como equivalentes ao caixa, se a Companhia tem a previsão de utilizar os recursos em prazo inferior a 3 meses desde a data de balanço.
- Como aplicações financeiras no ativo circulante, se existe previsão de uso dos recursos em prazo entre 3 e 12 meses desde a data do balanço.
- Como aplicações financeiras no ativo não circulante quando os recursos apenas serão utilizados após mais de 12 meses desde a data do balanço.

Em 2022, as aplicações financeiras no ativo não circulante estão cedidas em garantia dos empréstimos junto às entidades financeiras (Nota Explicativa Nº 14).

8 Contas a receber de clientes

	2022	2021
Contas a receber de clientes – tarifários (a)	31.039	26.012
Contas a receber de clientes - não tarifários	16.763	14.425
Contas a receber a faturar (b)	<u>7.128</u>	<u>6.642</u>
	54.930	47.079
(-) Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD (c)	<u>(9.106)</u>	<u>(8.911)</u>
	<u>45.824</u>	<u>38.168</u>

- (a) A variação do saldo de contas a receber tarifário em relação ao saldo do ano anterior se deu pelo aumento de 17% no tráfego de passageiros entre 2021 e 2022, bem como pelo aumento no valor das tarifas.
- (b) A Companhia contabilizou contas a receber a faturar de clientes com base na política contábil nota 6.j, para os contratos vigentes e para os serviços efetivamente prestados que não foram faturados, tais como tarifas aeronáuticas dos últimos dias do período contábil que serão faturadas no mês subsequente, receita não tarifária variável faturada no mês seguinte e receita não tarifária por cessão de uso de área na qual existem restrições para o faturamento, contudo a cessão de uso da área continua em vigor. Os montantes a faturar são determinados nas tarifas vigentes e nos contratos comerciais aplicáveis.
- (c) A seguir, está demonstrada a movimentação da PECLD no exercício:

	2022	2021
Saldos iniciais	(8.911)	(7.852)
(-) Adições do exercício	(7.828)	(1.882)
(+) Reversões do período	<u>7.633</u>	<u>823</u>
Saldos finais	<u>(9.106)</u>	<u>(8.911)</u>

A perda esperada nas contas a receber, estimada pela administração da forma explicada na política contábil nota 6.h, é refletida na PECLD do exercício.

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	2022	2021
A vencer	<u>43.417</u>	<u>37.724</u>
Vencidos:		
Até 3 meses	3.270	4.127
Entre 4 e 6 meses	631	702
Acima de 6 meses	<u>7.612</u>	<u>4.526</u>
	<u>54.930</u>	<u>47.079</u>

A Companhia não tem ativos financeiros baixados que eventualmente ainda sejam item de esforço para recuperação/recebimento.

9 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar originaram-se de retenções na fonte sobre rendimento das aplicações financeiras, receitas de prestações de serviços da Companhia, e serviços tomados de terceiros, considerados como insumos em suas atividades, e nas aquisições de bens para o ativo imobilizado.

	2022	2021
Circulante		
COFINS (a)	11.749	6.543
PIS (a)	2.579	1.442
CSRF	372	266
ISSQN	285	148
IRRF	75	856
IRPJ a compensar	-	1
Outros	-	29
	<u>15.060</u>	<u>9.285</u>
	2022	2021
Não circulante		
PIS (a)	13.186	-
COFINS (a)	55.333	-
	<u>68.519</u>	<u>-</u>

- a) PIS/ COFINS – o aumento nos valores a recuperar é decorrente principalmente da execução das obras de melhoria dos aeroportos, com aquisições de bens do ativo fixo intangível.

De acordo com a normativa tributária aplicável, os créditos de PIS e COFINS das aquisições dos bens de intangível-contrato de concessão a recuperar e a compensar terão disponibilidade conforme o fluxo de depreciação e amortização de tais bens, e serão utilizados nas apurações mensais com a aplicação das alíquotas de PIS e COFINS sobre os montantes da depreciação e amortização de cada período, que serão abatidos nas apurações mensais sobre o faturamento. Portanto, a Companhia classifica como não circulante os créditos cuja utilização é esperada em mais de 12 meses desde a data do balanço, baseada nas projeções elaboradas pela Administração.

10 Impostos de renda e contribuição social correntes e impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos consideram as alíquotas vigentes sobre o resultado.

- (a) A seguir está demonstrada a composição dos valores reconhecidos diretamente no resultado do exercício:

	2022	2021
Imposto diferido	<u>(89.054)</u>	<u>196.278</u>
IRPJ	(65.455)	144.348
CSLL	(23.599)	51.930
Imposto corrente do exercício	<u>(22.258)</u>	<u>(9.626)</u>
IRPJ	(16.333)	(7.075)
CSLL	(5.925)	(2.551)
Ajuste IRPJ/CSLL corrente do período anterior (i)	1.178	-
Total imposto de renda e contribuição social	<u>(110.134)</u>	<u>186.652</u>

(i) Refere-se a diferença entre o imposto corrente provisionado no exercício prévio e o finalmente apurado na apresentação no exercício atual.

(b) A seguir está demonstrada a conciliação entre o lucro (prejuízo) contábil e fiscal no exercício:

	2022	2021
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	323.812	(548.189)
Diferenças permanentes:		
Outras diferenças	566	(788)
Diferenças temporárias:		
<i>Impairment</i> (reversão) não dedutível	(180.839)	601.813
Diferenças na amortização	(25.162)	(25.970)
Provisões de despesas	4.029	8.550
Provisões de descontos	(1.139)	(2.207)
Provisão para remuneração variável	2.099	455
Provisões de custos <i>intercompany</i>	1.202	641
Provisão Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD Inedutível	(3.059)	3.644
Custos de Captação de Empréstimos	(19.785)	-
Outras diferenças	(8.201)	2.496
Lucro (prejuízo) fiscal do exercício	<u>93.523</u>	<u>40.445</u>
Prejuízos fiscais compensados	(28.057)	(12.134)
Base de cálculo	65.466	28.311
Alíquota combinada	34%	34%
Imposto corrente do exercício	<u>22.258</u>	<u>9.626</u>

(c) Abaixo está demonstrada a composição dos prejuízos fiscais não compensados e seu prazo:

Exercício de origem e prazo para utilização	2022	2021
2019 – Prazo ilimitado	-	10.084
2020 – Prazo ilimitado	34.420	52.393
2021 – Prazo ilimitado	3.502	3.502
	<u>37.922</u>	<u>65.979</u>
Compensação no exercício	<u>(28.057)</u>	<u>(12.134)</u>

A Companhia tem reconhecido um ativo fiscal diferido tanto pelos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a utilizar num futuro, como pelas diferenças temporárias entre as bases contábeis e fiscais dos ativos e passivos, no montante total de R\$ 284.059 (2021: R\$ 373.113), com base nas projeções preparadas pela Administração que demonstram que no futuro previsível obterá lucros futuros tributáveis para compensação do tributo diferido originário das diferenças temporárias e prejuízos fiscais existentes.

A projeção realizada pela Administração, considera premissas razoáveis para concluir que o imposto diferido ativo será realizado, considerando que a Companhia possui: (i) contrato de concessão válido para a operação de 6 aeroportos na região nordeste do Brasil; (ii) opera com as principais empresas aéreas nacionais; e (iii) possui acordos assinados com terceiros que exploram áreas dentro dos aeroportos.

Além disso, o Grupo AENA possui experiência no setor de concessão de aeroportos, o que possibilita que a Companhia consiga estimar receitas futuras e expectativas de custos de forma confiável. Vide explicação adicional sobre as operações comerciais na nota nº 1. A projeção de lucro tributável futuro da Administração foi realizada para o período remanescente da Concessão, para o qual o imposto diferido reconhecido será totalmente realizável.

- (d) A seguir, demonstrado para cada tipo de diferença temporária, assim como para os prejuízos fiscais não utilizados, o montante do imposto de renda diferido reconhecido no balanço patrimonial e a movimentação para os exercícios de 2022 e 2021:

	Intangível (Impairment)	Provisões	Custos captação empréstimos	Amortização e depreciação	Outras diferenças	Prejuízos fiscais não utilizados	Total
Saldos imposto de renda ativo em 31 de dezembro de 2020	140.090	8.457	-	-	2.432	25.856	176.835
Lançamentos no resultado	204.616	3.119	-	(8.830)	1.499	(4.126)	196.278
Saldos imposto de renda ativo em 31 de dezembro de 2021	344.706	11.576	-	(8.830)	3.931	21.730	373.113
Reclassificação	-	-	-	(657)	-	657	-
Lançamentos no resultado	(61.485)	1.370	(6.727)	(8.555)	(4.164)	(9.493)	(89.054)
Saldos imposto de renda ativo em 31 de dezembro de 2022	283.221	12.946	(6.727)	(18.042)	(233)	12.894	284.059

11 Imobilizado

a. Composição

	Taxas médias anuais de depreciação (%)	2022			2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Total	Custo	Depreciação acumulada	Total
Equipamentos	10-33,3	55	(7)	48	55	(1)	54
Computadores e periféricos	25	2.356	(1.263)	1.093	2.365	(944)	1.421
Móveis e utensílios	10	66	(12)	54	66	(5)	61
Direito de uso - arrendamento salas	50	2.571	(1.969)	602	2.571	(1.308)	1.263
Direito de uso- arrendamento equipamentos	33,33	2.408	(1.493)	915	1.955	(648)	1.307
		7.456	(4.744)	2.712	7.012	(2.906)	4.106

b. Movimentação

	Equipamentos	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Direito de uso – Arrendamento de salas	Direito de uso - Arrendamento de equipamentos	Total
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2020	92	1.228	5	637	1.209	3.171
Adições	55	645	61	1.299	675	2.735
Transferências	(92)	92	-	-	-	-
Outros	-	(12)	-	-	-	(12)
Depreciação	(1)	(532)	(5)	(673)	(577)	(1.788)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	54	1.421	61	1.263	1.307	4.106
Adições	-	-	-	-	453	453
Baixas	-	(9)	-	(63)	-	(72)
Depreciação	(6)	(320)	(7)	(598)	(845)	(1.776)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	48	1.092	54	602	915	2.712

A Companhia deprecia os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento, dos dois o menor. A política contábil de arrendamento está divulgada conforme nota nº 6.1.

(i) *Direito de uso - Arrendamento salas*

Contrato de aluguel do escritório corporativo da Companhia com benfeitorias (tipo *built to suit*), iniciado em dezembro 2019, pelo prazo inicial de 2 anos, renovado por igual período em dezembro de 2021, com indenização às locadoras pelo saldo do investimento realizado pendente de pagamento, em caso de cancelamento antecipado.

(ii) *Direito de uso - Arrendamento equipamentos*

Corresponde aos seguintes arrendamentos:

	Ínicio	Término
Arrendamento - equipamentos de coletores de dados	10/05/2021	10/04/2023
Arrendamento - equipamentos de borda - Firewall	01/09/2020	31/08/2023
Arrendamento - equipamentos de impressão	01/11/2020	31/10/2023
Arrendamento - equipamentos informáticos	10/03/2022	10/02/2024
Arrendamento - balanceadores e softwares	18/07/2022	19/07/2025

Os contratos requerem indenização às locadoras pelo saldo do investimento realizado pendente de pagamento, em caso de cancelamento antecipado.

12 Intangível

a. Composição

	<u>2022</u>				<u>2021</u>			
	Custo	Amortização acumulada	Impairment	Total	Custo	Amortização acumulada	Impairment	Total
Outorga – Concessão (i)	2.263.257	(160.232)	(833.003)	1.270.022	2.263.257	(117.222)	(1.013.842)	1.132.193
Obras e instalações	170.214	(8.499)	-	161.715	53.836	(2.659)	-	51.177
Equipamentos de informática e outros	12.191	(1.586)	-	10.605	5.394	(291)	-	5.103
Intangível em construção	707.897	-	-	707.897	38.626	-	-	38.626
Máquinas e Equipamentos	18.178	(439)	-	17.739	-	-	-	-
Veículos e acessórios	5.280	(108)	-	5.172	-	-	-	-
Subtotal ativos da concessão	3.177.017	(170.864)	(833.003)	2.173.150	2.361.113	(120.172)	(1.013.842)	1.227.099
Sistemas informatizados em andamento	16.373	(968)	-	15.405	4.364	-	-	4.364
Outros ativos	1.779	(61)	-	1.718	64	-	-	64
	<u>3.195.169</u>	<u>(171.893)</u>	<u>(833.003)</u>	<u>2.190.273</u>	<u>2.365.541</u>	<u>(120.172)</u>	<u>(1.013.842)</u>	<u>1.231.527</u>

Em 2022 foram estabelecidas novas taxas médias anuais de amortização. Para Edificações e benfeitorias, a amortização será calculada considerando o prazo da data de aquisição do bem até o prazo final da concessão. Em 2022, este prazo foi de 27 anos. Para os demais itens, a vida útil foi reavaliada conforme a norma de registro e avaliação de ativos fixos, elaborada em atendimento aos CPC 27, ICPC 10. Na tabela a seguir são resumidas as mudanças:

	Taxa anual	
	De	Para
Edificações e benfeitorias(i)	4%	3,7%
Equipamentos de informática(ii)	20%	25%
Máquinas e equipamentos (ii)	10%	8,33%

As vidas úteis de sistemas informatizados 25% a.a, veículos 20% a.a e móveis e utensílios 10% a.a, permaneceram inalteradas.

A Administração avaliou eventuais impactos como não relevantes, em função das edificações e benfeitorias mais expressivas da concessão iniciarem as operações de 2022 em diante, conforme os cronogramas das construções e instalações de máquinas e equipamentos de informática. Até dezembro de 2021 os totais dos bens em uso eram: edificações R\$ 5.838 e equipamentos de informática R\$ 5.394, respectivamente. Desta forma, a vida útil estimada desses bens aumentou, sendo aplicadas as novas taxas sobre o valor residual em 1o de janeiro de 2022. Os efeitos dessas alterações nas despesas com amortizações atuais e esperadas, incluindo nos custos da prestação de serviços, são:

	2022	2023	2024	2025	Após
Diminuição da despesa com amortização	(258)	(258)	(258)	(236)	(17)

(i) Contrato de concessão de serviços

Consiste no valor pago ao poder concedente pelo direito de exploração da concessão por 30 anos com base no contrato de concessão.

Também há registrados custos derivados do contrato de concessão que incluem valores pagos a terceiros com base no edital de leilão de julho de 2019 por importe de R\$ 331.466, e valores devidos à controladora Aena Desarrollo Internacional SME, S.A. no montante de R\$ 14.649 por repasse de custos de assessoria financeira na obtenção do contrato de concessão.

A concessão começou na data de eficácia do contrato, 9 de outubro de 2019. A amortização dos valores acima mencionados iniciou em 13 janeiro 2020, data de início da operação do primeiro aeroporto do Bloco Nordeste.

b. Movimentação

	Ativos da concessão						Subtotal	Sistemas informatizados em andamento	Outros Ativos	Total
	Outorga – Concessão	Obras e instalações	Equipamentos informáticos e outros	Intangível em construção	Máquinas e Equipamentos	Veículos e acessórios				
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.785.265	-	-	13.490	-	-	1.798.755	-	64	1.798.755
Aquisição	-	-	5.394	78.972	-	-	84.366	4.364	-	88.794
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	53.836	-	(53.836)	-	-	-	-	-	-
<i>Impairment (dotação)</i>	(601.813)	-	-	-	-	-	(601.813)	-	-	(601.813)
Amortização	(51.259)	(2.659)	(291)	-	-	-	(54.209)	-	-	(54.209)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.132.193	51.177	5.103	38.626	-	-	1.227.099	4.364	64	1.231.527
Aquisição	-	79	7.662	785.270	17.313	5.280	815.904	12.009	1.715	829.628
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	116.299	(846)	(116.299)	846	-	-	-	-	-
<i>Impairment (reversão)</i>	180.839	-	-	-	-	-	180.839	-	-	180.839
Amortização	(43.009)	(5.840)	(1.314)	-	(420)	(108)	50.692	(969)	(61)	(51.721)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.270.023	161.715	10.605	707.897	17.740	5.172	2.173.151	15.404	1.718	2.190.273

Em 2022 a rubrica de intangível em construção inclui principalmente:

- Atividades de engenharia e execução de projetos destinadas a realização das obras da fase 1-B (nota nº 1). A maior parte das obras desta fase foram estruturadas como contratos em regime EPC (*Engineering, Procurement and Construction*) divididos em blocos de aeroportos;
- Capitalização dos juros por valor de R\$ 5.395 obedecendo os critérios descritos na nota 6.b;
- Contratação e fornecimento de instalações complexas, como sistema de tratamento de bagagens, pontes de embarque e equipamentos de segurança para ampliação da capacidade e melhoria de equipamentos de segurança física e operacional nos 6 aeroportos requeridas pelo contrato de concessão; e
- Outras obras de melhoria das instalações e equipamentos dos 6 aeroportos.

Em 2021 a rubrica de intangível em construção incluía principalmente as atividades de engenharia para executar as obras requeridas pelo contrato de concessão:

- Obras de melhoria nos 6 aeroportos, consistentes principalmente na renovação dos banheiros públicos e ações de melhoria na sinalização, iluminação e acessibilidade dos edifícios terminais; e
- Obras de ampliação da capacidade e melhoria de equipamentos de segurança física e operacional nos 6 aeroportos.

c. Teste de *impairment*

A Companhia efetuou teste de *impairment* durante os anos de 2022 e 2021. Os cálculos do valor em uso foram realizados sob a base das projeções dos fluxos de caixa aprovadas pela Administração, para o período do contrato de concessão.

O valor recuperável da unidade geradora de caixa em 31 de dezembro de 2022 foi estimado em R\$ 2.024.304 (2021: R\$ 1.134.173) e, por comparação com seu valor contábil, o valor do *impairment* registrado é de R\$ 833.003 (2021: R\$ 1.013.842), o que representou uma reversão do *impairment* no exercício de R\$ 180.839 (2021: representou uma dotação de *impairment* no exercício de R\$ 601.813). A perda por redução no valor recuperável foi inteiramente alocada à linha “Outorga – Concessão” do Intangível no balanço patrimonial e a variação do exercício foi incluída na linha *Impairment* do grupo ‘Outras Despesas Operacionais’ nas demonstrações dos resultados.

Os principais fatores para a reversão do *impairment* reconhecido no exercício de 2022 foram o aumento nas projeções de inflação (que melhoraram as projeções de fluxos de efetivo futuros) e a redução do custo dos investimentos; os quais foram parcialmente compensados pelo aumento na taxa de desconto. Estes fatores são descritos detalhadamente nos parágrafos a seguir.

A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa foi de 13,0% (2021: 12,9%) e corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e do custo dos recursos externos. O correspondente Custo Médio Ponderado de Capital antes de impostos é de 19,7% (2021: 19,5%).

Além da taxa de desconto, as principais premissas que afetam os fluxos de caixa da Companhia são: a curva de demanda de passageiros, a variação tarifária, a receita comercial, o nível de investimento e os custos operacionais. Foram utilizadas as previsões contidas no último Plano de Negócios elaborado pela Administração, que apresenta o custo dos investimentos como principal variação com respeito ao utilizado no teste de *impairment* de 2021. Assim, o custo dos investimentos a realizar no período de 2022 a 2027 é cerca de 2,6% inferior ao considerado no teste de *impairment* de 2021, principalmente devido à mensuração do custo das atuações após a firma de vários contratos de obras e suprimentos, e a adequação do dimensionamento de determinados projetos às necessidades do serviço.

No que diz respeito ao tráfego, foi considerada um leve crescimento com relação a 2022 para o ano de 2023, em linha com as previsões da *International Air Transport Association* (IATA) para a região. O cenário base implica um aumento no número de passageiros durante o período de concessão.

A receita líquida do período 2022 a 2027 é 5,3% superior à considerada em 2021, principalmente devido ao aumento das tarifas com base na nova tarifa de reequilíbrio referente ao ano de 2021 aprovada em 21 de dezembro de 2022.

As despesas operacionais também aumentaram um 1,2% neste período, principalmente devido aos custos de manutenção e operação associados ao planejamento de alguns projetos de infraestrutura, bem como ao ajuste da inflação.

As taxas de inflação consideradas foram de 5,7% em 2022, 5,4% em 2023, 3,5% em 2024 e 3% para o resto dos anos (que compara com a inflação utilizada no teste de 2021 de 5,2% em 2022, 3,3% em 2023 e 3% de 2024 em diante).

Após o registro da perda por redução ao valor recuperável da unidade geradora de caixa, atualmente o valor recuperável é igual ao valor contábil. Portanto, qualquer alteração adversa em uma premissa acarretará uma perda adicional.

A seguir mostra-se o teste de sensibilidade do *Impairment*, através de variações razoáveis nas seguintes variáveis:

- Taxa de desconto: +/- 1 p.p.; e
- Tráfego de passageiros: Foram propostos dois cenários possíveis para o tráfego de 2022. No cenário mais pessimista, a variação do tráfego de 2023 é considerada abaixo do cenário base; foi considerado também um cenário mais otimista com uma variação do tráfego em 2023 superior ao cenário base.

As variações do *impairment* em relação ao cenário base descrito resultantes da análise de sensibilidade estão demonstradas abaixo:

	WACC		
Recuperação do tráfego (PAX)	12,0%	13,0%	14,0%
Curva tráfego pessimista -1,0%	(469.985)	(813.369)	(1.106.626)
Curva Cenário Base	(490.451)	(833.003)	(1.124.675)
Curva tráfego otimista +1,0%	(512.512)	(853.111)	(1.143.085)

A seguir mostram-se às variações razoáveis do teste de *impairment* 2021 sobre as principais variáveis com incidência no resultado a taxa média ponderada de custo do capital (WACC) e a curva de recuperação do tráfego de passageiros:

	WACC		
	11,9%	12,9%	13,9%
Recuperação do tráfego (PAX)			
Curva tráfego pessimista -1,0%	(727.440)	(1.043.083)	(1.309.240)
Curva Cenário Base	(696.240)	(1.013.842)	(1.281.710)
Curva tráfego otimista +1,0%	(665.560)	(985.016)	(1.254.490)

13 Fornecedores e contas a pagar

Trata-se de fornecedores e prestadores de serviços nacionais, valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. Conforme detalhamento a seguir:

	2022	2021
Obras e equipamentos	86.279	17.321
Operação	24.533	11.967
	110.812	29.288

14 Empréstimos e arrendamentos

Os termos e condições dos empréstimos e arrendamentos em aberto são:

	Moeda	Taxa de juros nominal a.a.	Ano de vencimento final	2022	2021
				Valor contábil	Valor contábil
Contrato de financiamento BNB (i)	R\$	IPCA + 1,66%	2046	147.884	-
Contrato de financiamento BNB (i)	R\$	IPCA + 2,02%	2046	237.800	(500)
Contrato de financiamento BNDES (ii)	R\$	IPCA + 7,56%	2044	300.028	-
Empréstimo BTG (iii)	R\$	CDI + 3,6%	2022	-	69.421
Notas de Crédito – Itaú (iv)	R\$	CDI + 1,23%	2022	-	-
Passivo de arrendamento (v)	R\$	13,82%	2025	328	-
Passivo de arrendamento (v)	R\$	4,31%	2024	585	1.315
Passivo de arrendamento (v)	R\$	9,29%	2024	13	-
Passivo de arrendamento (v)	R\$	12,00%	2023	167	442
Passivo de arrendamento (v)	R\$	2,37%	2023	244	554
Passivo de arrendamento (v)	R\$	2,22%	2023	127	270
				687.176	71.502
				2022	2021
Passivo circulante					
Empréstimos com garantia				7.269	68.921
Passivos de arrendamento				1.273	1.481
				8.542	70.402
Passivo não circulante					
Empréstimos bancários com garantia				678.444	-
Passivos de arrendamento				190	1.100
				678.634	1.100

- (i) Contrato de financiamento de longo prazo com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., assinado em dezembro de 2021, por importe de R\$ 790.982 com a finalidade de financiar os investimentos da Fase 1-B nos aeroportos SBRF, SBJU, SBKG. Os desembolsos foram iniciados em agosto de 2022, com um prazo de 24 anos para pagamento e carência de 48 meses na amortização do saldo principal. As taxas acordadas são IPCA +1,66% a.a. (financiamento de SBJU e SBKG) e IPCA +2,02% a.a. (SBRF).
- (ii) Contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social S.A., assinado em março de 2022, por importe de R\$ 1.048.024 com a finalidade de financiar investimentos nos 6 aeroportos. Os desembolsos foram iniciados em julho de 2022, com um prazo de 22 anos para pagamento e carência de 20 meses na amortização do saldo principal. A taxa acordada é IPCA +7,56% a.a.

Em garantia do adimplemento dos contratos de financiamento indicados nos epígrafes i) e ii) (em conjunto, os contratos de financiamento BNB e BNDES) foi estabelecida penhora sobre a totalidade das ações da Companhia, e cessão fiduciária dos seus fluxos de efetivo (receitas tarifárias e não tarifárias, indenizações procedentes de apólices de seguro, e direitos emergentes de quaisquer naturezas derivados do contrato de concessão). Adicionalmente, os contratos estabelecem a constituição de contas reserva em garantia (nota 7). Finalmente, 50% do empréstimo do BNB i) acima está garantido pelo BNDES mediante fiança bancária.

Os contratos de financiamento BNB e BNDES estão sujeitos ao cumprimento de *covenants* sendo que, em caso de descumprimento, não supõem o vencimento antecipado das dívidas, e sim impõem determinadas restrições à distribuição da remuneração ao acionista e à redução de capital (BNDES) ou a obrigatoriedade de rever o cronograma de amortização, se o coeficiente for inferior a 30%, ou de aumentar o saldo da conta garantia, se for superior a 70% (BNB):

Ratio	Desde 2022 até a data de vencimento, anualmente
EBITDA / (Gastos Financieros + Deuda Financiera)	
Maior ou igual a:	1,30x
Patrimônio neto/Ativos totais	
Maior ou igual a:	20%
(Resultado líquido – Dividendos + amortização e <i>impairment</i>) / Pagamento do principal das dívidas	$30% < X < 70%$

Os contratos de financiamento BNB e BNDES impõem outras restrições, sendo as principais:

- Realizar atos societários como mudança ou alteração do objeto social; cisão, fusão, incorporação ou qualquer outra reorganização societária; sofrer alteração de controle, direto ou indireto; distribuição de dividendos acima do mínimo legal.
- Cessão, venda ou transferência, constituição de penhora, cessão fiduciária ou gravame sobre os ativos e direitos que garantem os empréstimos, exceto bens inservíveis ou substituídos por outros similares.
- Processo de caducidade/devolução da concessão e/ou outro processo que possa conduzir à sua terminação.
- Terminação ou vencimento antecipado do contrato de financiamento do BNB.
- Assumir novas dívidas acima dos níveis previstos nos contratos sem autorização dos bancos.

- Realização de mútuo a empresas do mesmo grupo económico.
- Pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio até 2025.
- Restrições ao pagamento de saldos a partes relacionadas.

A Administração confirma que nenhuma das restrições ou *covenants* foram descumpridos até a data de emissão destas demonstrações financeiras e, assim, tem classificado os empréstimos atendendo às datas do vencimento original.

A Companhia pagou em 2022 R\$ 20.123 (2021: R\$ 1.120) em conceito de tarifas bancárias, honorários de assessoramento e legais, tributo IOF e tarifa de fiança bancária, considerados em conjunto custos de captação de empréstimos e contabilizados como parte da taxa de juros efetiva (nota nº 6.b). Na Demonstração do Fluxo de Caixa os recursos procedentes dos empréstimos são mostrados líquidos dos custos de captação.

- (iii) A Companhia captou empréstimo em 30 de dezembro de 2020 com o Banco BTG Pactual, no montante de R\$ 70.000, registrado pelo valor original de captação, deduzidos os respectivos custos de transação, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva até a data do balanço. O empréstimo foi instrumentado inicialmente com uma Cédula de Crédito Bancário, com prazo de 18 meses a ser pago em 12 parcelas mensais iguais e consecutivas, vincendas a partir do 7º mês de vigência, inclusive. Em 2021, o empréstimo foi aditado para modificar o prazo para 24 meses, a ser pago em 12 parcelas mensais iguais e consecutivas, vincendas a partir do 13º mês de vigência, inclusive. A Companhia liquidou em agosto de 2022 o empréstimo, depois do recebimento dos recursos procedentes dos financiamentos de longo prazo (i e ii acima).

O empréstimo estava garantido com os recebimentos de clientes, pelo valor mínimo de 2,5 vezes o valor da seguinte parcela. O empréstimo impunha algumas restrições e *covenants* que, caso fossem descumpridas, acarretariam o vencimento antecipado da dívida. A Companhia permaneceu em cumprimento das condições em todo momento.

- (iv) A Companhia realizou em 22 de abril de 2022 emissão de notas comerciais escriturais sem garantia em serie única, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, com o Banco Itaú BBA, S.A. como instituição intermediária, no montante de R\$ 300.000 (“as notas”). As notas tinham vencimento em outubro 2022 e taxa de juros de CDI+1,23% a.a. A Companhia liquidou as notas em agosto de 2022 depois do recebimento dos recursos procedentes dos financiamentos de longo prazo (i e ii acima). As notas impunham algumas restrições e *covenants* que, caso fossem descumpridos, teriam acarretado o vencimento antecipado da dívida. A Companhia permaneceu em cumprimento das condições em todo momento.

A Companhia pagou R\$ 1.335 em conceito de comissão de estruturação, prêmio de garantia firme, honorários de assessoramento e legais, e outras despesas, considerados em conjunto custos de captação das notas comerciais e contabilizados como parte da taxa de juros efetiva (nota nº 6.b). Na Demonstração do Fluxo de Caixa os recursos procedentes da emissão das notas são mostrados líquidos dos custos de captação.

- (v) Os seguintes arrendamentos foram contratados pela Companhia: aluguel de salas de escritório corporativo, com benfeitorias (tipo *built to suit*), iniciado em dezembro 2019, pelo prazo de 2 anos, renovado em dezembro de 2021 por igual período; aluguel de equipamentos de informática e impressoras, iniciado em 2020, pelo prazo de 3 anos, aluguel relativo à leitoras de cartão de embarque, pelo prazo de 3 anos, a partir de 2021; aluguel de equipamento de impressão pelo prazo de 24 meses; aluguel de equipamentos balanceadores de links, pelo prazo de 36 meses, contratados em 2022. Todos foram contabilizados conforme CPC 06(R1) – Arrendamentos (nota nº 6.1).

a. Cronograma da dívida em 31 de dezembro de 2022

A seguir, mostra-se o valor contábil (custo amortizado) das dívidas, classificado pelo ano de vencimento. Na nota 27 iii, consta a informação sobre os fluxos contratuais.

	Empréstimos	Passivo de arrendamento	Total
2023	7.269	1.273	8.542
2024	5.522	190	5.712
2025	7.085	-	7.085
2026 em diante	665.837	-	665.837
	685.713	1.463	687.176

O cronograma da dívida a 31 de dezembro de 2021 era:

	Empréstimos	Passivo de arrendamento	Total
2022	69.650	752	70.402
2023	-	1.100	1.100
	69.650	1.852	71.502

b. Movimentação

	Empréstimos e Financiamento	Passivos de arrendamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	69.225	1.872	71.097
Recursos provenientes de novos contratos de arrendamento	-	1.925	1.925
Juros incorridos	5.138	76	5.214
Juros pagos e tarifa bancária de financiamento	(5.442)	(57)	(5.499)
Pagamento de passivos de arrendamento	-	(1.236)	(1.236)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	68.921	2.580	71.501
Recursos de novos contratos líquidos de custo de captação	977.726	453	978.179
Juros incorridos	31.338	94	31.432
Juros pagos	(22.272)	(118)	(22.390)
Pagamento de passivos	(370.000)	(1.546)	(371.546)
	685.713	1.463	687.176
Saldos em 31 de dezembro de 2022			

15 Partes relacionadas

a. Controladora

O controle da Companhia é da Aena Desarrollo Internacional S.M.E S.A., que é detentora de 100% do seu capital social. Aena S.M.E. S.A. é detentora do 100% do capital social de Aena Desarrollo Internacional S.M.E S.A.

b. Saldos e transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas.

As transações com a controladora e com Aena S.M.E. S.A. foram reguladas no Acordo de Prestação de Serviços de Assessoramento e Apoio à Gestão (o Acordo) assinado com as duas companhias do grupo em 01 setembro 2020. Este estabelece o repasse das despesas incorridas por conta da Aena Brasil, especialmente durante a etapa pré-operacional da Companhia, assim como o preço baseado em custo mais mark-up do 6,98% para os serviços de assessoramento e apoio a gestão.

Na mesma data foi assinado um Acordo de Suspensão que suspendeu até 31 de dezembro de 2020 o faturamento e o pagamento das quantidades devidas sob o Acordo. O Acordo de Suspensão foi renovado em 2021 até 28 de fevereiro de 2022, e em 02 de fevereiro de 2022 foi renovado até 28 de fevereiro de 2024.

As transações reconhecidas com partes relacionadas no exercício, em decorrência do acordo de prestação de serviços supramencionado, as quais ainda não foram faturadas, foram:

	2022	2021
Aena Desarrollo Internacional SME, SA - serviços e despesas (i)	343	-
Aena, SME, SA – serviços, despesas e outros (i)	3.722	831
	4.065	831

Assim, em 31 de dezembro a Companhia possui os seguintes saldos de passivo (contas a pagar com partes relacionadas):

	2022	2021
Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A.	28.465	31.922
Aena, S.M.E., S.A.	8.724	5.677
	37.189	37.599

Os saldos a pagar as companhias relacionadas estão denominados em euro e foram convertidos para real aplicando a política contábil descrita na nota nº 6.a.

- (i) A Aena Brasil registrou transações com Aena, SME, S.A e com Aena Desarrollo Internacional SME, S.A., que suportaram a Companhia em suas operações. Referem-se, basicamente, à repasse de custos de contratos com fornecedores e serviços de apoio a gestão realizados com pessoal próprio, contabilizados como despesas gerais e administrativas por R\$ 1.634 (2021: R\$ 831) e com a aquisição de intangível - sistemas informatizados em andamento por R\$ 2.431 (2021: R\$ 0).

Adicionalmente, em 2020 a Companhia determinou o valor justo do parcelamento concedido de fato pelas partes relacionadas, determinando que o valor dos juros que um terceiro teria aplicado seriam de R\$ 1.849 (R\$ 1.637 Aena Desarrollo Internacional S.M.E. S.A. e R\$ 212 Aena S.M.E. S.A.). A Companhia contabilizou a operação de forma análoga a um aporte de capital consistente com o perdão do pagamento de juros, registrando assim os juros nas despesas financeiras (nota nº 26), e um aporte em Reservas como contrapartida.

Em 2021, considerando que a obrigação de pagamento de juros nos documentos contratuais assinados entre as partes não é aplicável devido à suspensão do faturamento mencionada acima, foi realizada uma revisão no critério de reconhecimento dos juros perante Aena Desarrollo Internacional S.M.E. S.A e Aena S.M.E. S.A, sendo revertida a contabilização realizada em 2020, anulando-se o aporte em reservas, com contrapartida em Prejuízos acumulados.

- (ii) Em 18 de agosto de 2022 a Aena Desarrollo Internacional S.M.E S.A sagrou-se vencedora do leilão da 7ª rodada de concessões aeroportuárias, onde arrematou o Bloco SP-MS-PA-MG, liderado pelo Aeroporto Deputado Freitas Nobre, em São Paulo (SP), popularmente chamado de Aeroporto de Congonhas. Neste mesmo bloco estão os aeroportos de Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul (MS); Santarém, Marabá, Parauapebas e Altamira, no Pará (PA); e Uberlândia, Uberaba e Montes Claros, em Minas Gerais (MG). Em decorrência do êxito, em 16 de novembro de 2022 Aena Desarrollo Internacional S.M.E. S.A constituiu a Sociedade de Propósito Específico Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S/A.

A Companhia vem arcando com as despesas pré-operacionais da nova parte relacionada o que resultou em saldo acumulado de valores a receber de R\$ 236, registrados no grupo “outros créditos” do ativo circulante.

Assim, em 31 de dezembro a Companhia possui os seguintes saldos de ativo (contas a receber com partes relacionadas):

	2022	2021
Bloco de Onze Aeroportos do Brasil SA	<u>236</u>	<u>-</u>
	<u>236</u>	<u>-</u>

c. Remuneração de pessoal chave

A Companhia considera pessoal chave de sua administração os administradores eleitos para o Conselho de Administração e Diretoria Executiva, em consonância com o estatuto social, cujas atribuições envolvem o poder de decisão e o controle das atividades da Companhia. A remuneração anual do pessoal chave da administração foi R\$ 7.572 (R\$ 8.179 em 2021), correspondendo R\$ 5.932 a remuneração fixa e R\$ 1.640 a variável (2021: R\$ 7.019 fixa e R\$ 1.160 variável).

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não mantém planos de previdência privada ou de aposentadoria ou outros benefícios pós-emprego para seu pessoal chave. A Companhia também não tem planos de remuneração baseados no valor de ações.

16 Impostos a recolher

O montante de impostos a recolher se refere aos seguintes impostos:

	2022	2021
IRRF	191	143
PIS	515	649
COFINS	2.406	3.004
ISSQN	5.082	3.008
INSS	2.892	1.016
CIDE	819	327
CSRF	3.209	1.229
	15.114	9.376
	15.114	9.376

17 Passivos fiscais correntes

	2022	2021
Imposto de renda	2.691	3.244
Contribuição social	1.711	1.196
	4.402	4.440
	4.402	4.440

18 Obrigações sociais e trabalhistas

Aqui são demonstradas as obrigações com pessoal decorrentes da folha de pagamento, além dos encargos sociais a recolher, como INSS, Imposto Sobre Seguridade Social e IRRF, Imposto de Renda Retido na Fonte, assim como o FGTS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, todos incidentes sobre a folha de pagamentos e que serão recolhidos até a data do respectivo vencimento.

	2022	2021
Remuneração variável	5.755	4.521
Provisões para férias	4.138	3.152
INSS a recolher	2.058	1.613
IRRF sobre FOPAG	1.453	1.154
FGTS a recolher	605	394
Pensões a pagar	-	18
Ordenados e salários	139	15
Contribuição sindical	-	6
	14.148	10.873
	14.148	10.873

19 Provisões de contas a pagar

As provisões de contas a pagar referem-se em geral a serviços tomados, conforme acordos estabelecidos com os respectivos fornecedores, dos quais os documentos fiscais suportes não foram fornecidos dentro do exercício. O aumento nos saldos em 2022 é resultado do fluxo das obras e serviços de bombeiros.

	2022	2021
Serviços de bombeiros (a)	28.800	15.990
Serviços de engenharia, construção e serviços (CAPEX) (b)	47.238	2.016
Consumos (Energia, Água, Combustíveis e Materiais)	2.171	2.525
Outros serviços de terceiros	5.812	6.655
	84.021	27.186
	84.021	27.186

- (a) A linha de serviços de bombeiros corresponde as contraprestações, devidas aos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados nos que opera a Companhia pela execução das atividades especializadas de prevenção, salvamento e combate a incêndio em aeronaves e instalações aeroportuárias.
- (b) Provisões para contratos de execução das obras (EPC), e serviços de engenharia, arquitetura e outros relacionados as ampliações dos aeroportos.

20 Outras contas a pagar

Contemplam obrigações como prêmios de seguros, reembolsos a pagar, adiantamentos de clientes, cauções e outras obrigações, demonstradas no quadro a seguir:

	2022	2021
Cauções de terceiros (a)	1.907	2.432
Adiantamento de clientes (b)	141	472
Valores a repassar a terceiros (c)	28	175
Apólices de Seguros (d)	4.117	-
Outras contas a pagar	1.319	730
	7.512	3.809

- (a) As cauções de terceiros referem-se à valores antecipados pelos clientes ou fornecedores, com a finalidade de assegurar o cumprimento de suas obrigações contratuais.
- (b) Os adiantamentos de clientes referem-se aos valores antecipados pelos clientes, como garantia de suas obrigações de pagamento das tarifas pelo direito de uso dos aeroportos.
- (c) Valores a repassar a terceiros referem-se aos valores correspondentes aos repasses sobre tarifas de embarque internacional e ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), incidentes sobre os voos internacionais.
- (d) Prêmios de seguros de responsabilidade civil de operações aeroportuárias pendentes de pagamento.

21 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais ou administrativas de natureza civil, trabalhista e tributária resultante do curso normal de seus negócios. Possuindo processos avaliados pelos consultores jurídicos com risco possível, para os quais não foram constituídas provisões, e risco provável, cuja provisão foi devidamente constituída, tendo em vista as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme apresentado a seguir:

	2022	2021
Processos com risco possível		
Trabalhistas (a)	2.412	163
Tributários (b)	13.237	4.106
Cíveis (c)	9.051	2.536
	24.700	6.805

Processos com risco provável

Trabalhistas	-	-
Tributários	240	-
Cíveis (c)	2.442	-
	<u>2.682</u>	<u>-</u>
Circulante	2.442	-
Não circulante	240	-
	<u>2.682</u>	<u>-</u>

A seguir, está demonstrada a movimentação no exercício:

	Riscos trabalhistas	Riscos tributários	Riscos Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7	-	-	7
Reversão	(7)	-	-	(7)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Adições	-	240	2.442	2.682
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>	<u>240</u>	<u>2.442</u>	<u>2.682</u>

a. Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização).

b. Riscos tributários

Em 21 de janeiro de 2020 a Companhia recebeu da Prefeitura de Rio Largo/AL um documento de arrecadação municipal referente ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) no valor total de R\$ 4.265, referente ao Aeroporto Internacional de Maceió/Zumbi dos Palmares, que fica dividido entre os municípios de Maceió/AL e Rio Largo/AL.

Como o fato gerador do IPTU ocorre em 1º de janeiro de cada exercício civil, a administração entende que o Município de Rio Largo/AL não pode cobrar da Companhia o tributo referente ao ano de 2020, eis que nesta data a Aena Brasil não havia assumido a operação do Aeroporto.

Ademais, a cobrança da Prefeitura de Rio Largo não apresentou qualquer critério de cobrança (base de cálculo, fato gerador, inscrição municipal), inclusive sem mencionar o fato de que a área física do Aeroporto de Maceió está dividida entre dois municípios.

Finalmente, considerando que o IPTU é um tributo cobrado a partir da propriedade, do domínio útil ou da posse de bem imóvel, que a posse precária está excluída de tais hipóteses, e considerando o próprio Contrato de Concessão, pelo qual a União Federal não deixou e não deixará de ser proprietária do imóvel em questão, a administração entende que a Companhia exerce uma posse precária, principalmente porque os bens serão revertidos ao final da concessão, e que assim, o IPTU não é devido.

A Companhia iniciou processo administrativo a partir da Reclamação contra o lançamento, protocolada em 19 de fevereiro de 2020, ainda não resolvida até a data de emissão destas demonstrações financeiras.

Em 02 de junho de 2022, foi recebida cobrança de IPTU da Prefeitura Municipal de Aracajú Referente aos períodos de 2021 e 2022 no valor de R\$ 5.415. A partir das avaliações de riscos dos assessores da companhia, foi realizada provisão no valor de R\$ 240, devido indicação de classificação de risco como provável.

Em 10 de fevereiro de 2022, foi recebido da Prefeitura Municipal de Campina Grande lançamentos de cobrança de IPTU dos períodos de 2021 e 2022 no valor de R\$ 743.

Em ambos os casos, a companhia iniciou as tratativas referente a defesa na esfera administrativa, pois discorda das referidas cobranças.

c. Riscos cíveis

Processos promovidos por cessionários de área aeroportuária (lojistas e outros), fornecedores, órgãos reguladores, ambientais ou de controle sanitário, além de usuários, relativos a pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigações a fazer, ou outras naturezas, sendo os valores provisionados referente aos processos descritos abaixo:

Em 2022 a companhia realizou provisões de processos administrativos principalmente ligados as questões inerentes as obras em andamento no valor de R\$ 928, e provisão de outros processos relacionados as reformas e construções essenciais ao cumprimento do plano de investimentos no valor de R\$ 1.514, conforme definido nas fases de execução previstas no Contrato de Concessão. Sendo provisionados valores correspondentes a processos cuja indicação da assessoria jurídica aponta classificação de risco como provável.

22 Patrimônio líquido

Capital social

A Companhia foi constituída em 30 de maio de 2019 com um capital de R\$ 10, dos quais foi integralizado R\$ 1. Em 01 de julho de 2019, o Conselho de Administração, em uso da atribuição conferida nos estatutos sociais da Companhia, aprovou o aumento de capital de R\$ 2.388.990, sendo referente a 2.388.990.000 ações ordinárias, das quais foram integralizadas 2.388.894.000, passando o capital social integralizado da Companhia de R\$ 1 para R\$ 2.388.895.

Em 15 de junho de 2020 foi integralizado o capital social restante no valor de R\$ 105 totalizando um capital de R\$ 2.389.000, referente a 2.389.000.000 ações ordinárias, totalmente integralizadas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a totalidade das ações são de propriedade de Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A. Como indicado na nota 14, existe penhora sobre a totalidade das ações da Companhia em garantia dos empréstimos de longo prazo, bem como restrições ao pagamento de dividendos e outras operações societárias.

23 Receitas operacionais

No quadro seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas:

	2022	2021
Receitas tarifárias	318.897	216.976
Receitas não tarifárias	149.357	122.666
Receita por prestação de serviço de construção	723.031	84.366
Outras receitas – venda de sucata	157	-
(Redutoras)		
Impostos sobre receitas tarifárias e não tarifárias	(59.932)	(41.515)
Cancelamentos e abatimentos (i)	(3.591)	(9.782)
Descontos (ii)	1.139	(1.901)
Descontos (ii)	<u>1.129.058</u>	<u>370.810</u>

- (i) Os abatimentos correspondem a concessão de descontos para clientes comerciais e imobiliários (receitas não tarifárias) nas rendas fixas ou mínimas das cessões de espaço, baseados nos níveis de atividade dos respectivos aeroportos; e suspensão dos contratos de cessão de locais nos aeroportos ou áreas fechadas ao tráfego ou com restrições normativas a seu uso.
- (ii) Em 2022, reversão das provisões dos descontos de incentivos realizados a maior que os valores aplicáveis (Em 2021 refere-se a provisão de descontos e incentivos).

No quadro seguinte, apresenta-se a composição líquida das receitas:

	2022	2021
Receitas tarifárias	277.341	187.339
Receitas não tarifárias	128.687	99.105
Receita por prestação de serviços de construção	<u>723.030</u>	<u>84.366</u>
	<u>1.129.058</u>	<u>370.810</u>

Em 2022 as receitas tarifárias líquidas incluíram R\$ 10.044 (2021: R\$ 0) de compensação do desequilíbrio do contrato de concessão (nota 1).

24 Custos dos serviços prestados

O custo por prestação de serviço de construção - decorrente da aplicação do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contrato de Concessão, concessão de serviços, equivalente a investimentos (CAPEX) realizados em linha com o objeto da concessão.

	2022	2021
Custos de prestação de serviço de construção	(723.030)	(84.366)
Serviços (a)	(111.429)	(86.102)
Depreciação e amortização	(53.496)	(55.997)
Custos com pessoal	(24.965)	(20.484)
Seguros	(5.242)	(4.836)
Materiais e consumos	(28.769)	(27.130)
Outros	<u>(2.247)</u>	<u>(64)</u>
	<u>(949.178)</u>	<u>(278.979)</u>

- (a) Os custos dos serviços prestados referem-se substancialmente aos serviços de bombeiros e serviços voltados para a operação, limpeza, manutenção, conservação e segurança dos aeroportos.

25 Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Despesas com pessoal	(37.041)	(30.811)
Serviços	(7.979)	(9.041)
Outros	(2.541)	(1.016)
	(47.561)	(40.868)

26 Resultado financeiro, líquido

	2022	2021
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	32.178	8.893
Variação cambial	4.417	-
Juros obtidos e multas	1.994	955
Descontos obtidos	-	115
	38.589	9.963
Despesas financeiras		
Despesa com IOF	(911)	(325)
Variação cambial	-	(320)
Juros sobre os empréstimos à taxa efetiva	(31.379)	(5.442)
Capitalização dos juros (nota 12)	5.395	-
Outros	(845)	(795)
	(27.740)	(6.243)
Resultado financeiro líquido	10.849	3.720

27 Instrumentos financeiros

A Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e riscos a eles relacionados.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, nem em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

(i) Instrumentos financeiros por categoria

2022				
	Nota	Valor justo por meio do resultado (VJR)	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativo				
Caixa e bancos	7	788	-	-
Aplicações financeiras	7	244.860	-	-
Contas a receber de clientes	8	-	39.671	-
Passivo				
Fornecedores	13	-	-	110.812
Empréstimos	14	-	-	685.713
Passivo de arrendamento	14	-	-	1.463
Contas a pagar - partes relacionadas	15	-	-	37.189
Outras contas a pagar	20	-	-	7.512
		245.648	39.671	842.689
2021				
	Nota	Valor justo por meio do resultado (VJR)	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativo				
Caixa e bancos	7	1.565	-	-
Aplicações financeiras	7	218.376	-	-
Contas a receber de clientes	8	-	33.021	-
Outros créditos		-	529	-
Passivo				
Fornecedores	13	-	-	29.288
Empréstimos	14	-	-	68.921
Passivo de arrendamento	14	-	-	2.581
Contas a pagar - partes relacionadas	15	-	-	37.598
Outras contas a pagar	20	-	-	21.840
		219.941	33.550	160.228

A Administração entende que, com exceção dos empréstimos com vencimento longo prazo, as operações mensuradas a custo amortizado se encaixam no perfil de instrumentos cujo valor contábil é uma boa aproximação do seu valor justo, de acordo com o parágrafo 25 do CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros.

O valor justo dos empréstimos longo prazo em 2022 foi estimado em R\$ 643.753 (2021: R\$0 já que não houve empréstimos longo prazo). Para o cálculo do valor justo de estes empréstimos, foram descontados os fluxos contratuais projetados, às seguintes taxas de mercado providenciadas pelo assessor financeiro da Companhia: 2023 IPCA 5,41%+8,60%; 2024 IPCA 3,46+8,6%; 2025 em diante IPCA 3,0 + 8,6%.

(ii) Hierarquia de valor justo

A Companhia possui o saldo de R\$ 245.648 (2021: R\$ 219.941) de caixa, bancos e aplicações financeiras. Os saldos em caixa, bancos e aplicações financeiras têm seu valor justo idêntico aos saldos contábeis (Nível 1).

(iii) Detalhe dos fluxos contratuais

Apresentamos abaixo os fluxos contratuais dos instrumentos financeiros considerando as taxas de juros aplicáveis em 31 de dezembro de 2022:

	Nota	2023	2024	2025	2026 em diante
Ativo					
Contas a receber de clientes	8	39.671	-	-	-
Passivo					
Fornecedores	13	110.812	-	-	-
Empréstimos	14	33.977	42.994	36.538	1.015.435
Arrendamentos	14	1.273	190	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	15	-	37.189	-	-
Outras contas a pagar	20	7.512	-	-	-
		153.574	80.373	36.538	1.015.435

Apresentamos abaixo os fluxos contratuais dos instrumentos financeiros considerando as taxas de juros aplicáveis em 31 de dezembro de 2021:

	Nota	2022	2023	2024
Ativo				
Contas a receber de clientes	8	33.021	-	-
Passivo				
Fornecedores	13	29.288	-	-
Empréstimos	14	74.684	-	-
Arrendamentos	14	1.481	1.100	-
Contas a pagar - partes relacionadas	15	37.599	-	-
		176.073	1.100	

(iv) Gerenciamento de riscos

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito;
- (b) Risco de taxas de juros e inflação;
- (c) Risco de taxa de câmbio; e
- (d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Companhia não utiliza instrumentos de cobertura derivativos para cobrir sua exposição a estes riscos.

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração

de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*, ou de capital público.

A Companhia também gere o risco de crédito das contas a receber de clientes estabelecendo entrega de caução ou fiança para determinados contratos de cessão de área, e a entrega de caução ou pagamento antecipado para clientes aeronáuticos de Grupo I em situação de atraso nos pagamentos. Os valores de caução ou antecipados a 31 dezembro 2022 estão refletidos a seguir:

	2022	2021
Adiantamento de clientes	141	472
Caução recebida	604	146
Fiança bancária	44	940
Seguro caução	19.026	16.201
	<u>19.815</u>	<u>17.759</u>

b. Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI que afetam a remuneração das aplicações financeiras e dos empréstimos de curto prazo (até sua liquidação em julho-agosto 2022) e à variação da taxa IPCA registrada como juros nos empréstimos de longo prazo (desde julho 2022). A Companhia não utiliza derivados nem outros instrumentos de cobertura para gerenciar este risco, existindo uma forte cobertura natural do risco, visto que a atualização tanto das receitas tarifárias previstas no Contrato de Concessão, quanto das não tarifárias previstas nos respectivos contratos comerciais, está vinculada também a índices de inflação.

c. Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de câmbio flutuantes, principalmente relacionadas às variações do câmbio euro/R\$, nas contas a pagar a partes relacionadas (nota 15). A Companhia não utiliza derivados nem outros instrumentos de cobertura para gerenciar este risco.

d. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar o risco de liquidez, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento e caixa de acordo com os padrões de mercado. Na seção (iii) acima é apresentado o detalhe dos fluxos contratuais. A Administração gere o risco de liquidez decorrente de estes fluxos contratuais com a caixa e equivalentes a caixa disponíveis, as aplicações financeiras e os fluxos de caixa decorrentes de suas operações. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

(v) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

- A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Como cenários na taxa de juros (CDI e IPCA) foram consideradas a seguir:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
CDI – Alta	13,30%	16,63%	19,95%
CDI – Baixa	13,30%	9,98%	6,65%
IPCA – Alta	5,42%	6,77%	8,13%
IPCA – Baixa	5,42%	4,06%	2,71%

- Para os dois cenários adversos na taxa de juros CDI, foram consideradas uma alta e uma queda de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III). Os referidos percentuais refletem as políticas financeiras da Companhia. Na tabela a seguir estão demonstrados os valores resultantes das variações dos juros sobre os respectivos contratos, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2023. Os valores mostrados se apresentam líquidos de PIS/COFINS, IRPJ e CSLL.

Instrumento	Risco	Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
CDB – aplicações financeiras	Baixa do CDI	19.688	14.521	9.530
Empréstimos	Alta do IPCA	40.383	45.298	50.256

Apresentamos abaixo as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de câmbio.

- A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Como cenários na taxa de câmbio euro/real foram consideradas a seguir:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
	R\$	R\$	R\$
R\$/ € (*)	5,73	7,16	8,59

- Para os dois cenários adversos na taxa de câmbio €/R\$, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III). Os referidos percentuais refletem as políticas financeiras da Companhia. Na tabela a seguir estão demonstrados os valores resultantes das variações da taxa de câmbio sobre os saldos, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2023. Os valores se apresentam líquidos de IRPJ e CSLL.

Instrumento	Risco	Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Contas a pagar – Partes Relacionadas (variação cambial)	Alta €	708	6.313	12.626

28 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados como suficientes para cobrir eventuais sinistros.

Os seguros são registrados no Balanço em despesas antecipadas e apropriados aos resultados conforme o período de vigência das apólices.

Em 31 de dezembro de 2022, as coberturas de seguros vigentes são:

Riscos	Importância segurada
Seguro garantia de fiel cumprimento	212.035
Responsabilidade Civil – Hangares e Operações Aeroportuários (*) principal	2.884.065
Responsabilidade Civil – Hangares e Operações Aeroportuários (*) excesso	1.579.790
Riscos Operacionais (Danos materiais) – Aeroporto e Escritório	300.000
Risco de Engenharia (**)	1.213.489
Seguro de Risco Cibernéticos (***)	250.497

(*) Valor em Dólar USD 552.810 para o valor principal e 302.810 para o valor de excesso, convertido em Reais na cotação de 31/12/2022 do Dólar comercial USD 1/R\$- 5,2171 – Fonte Banco Central do Brasil

(**) Seguro contratado para cobertura de possível sinistros nas obras da Fase 1-B (nota 1)

(***) Valor em Euros 45.000 €, convertidos em Reais na cotação de 31/12/22 do Euro comercial 1,00€/ R\$ 5,5666 – Fonte Banco Central do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas de seguros vigentes foram:

Riscos	Importância segurada
Seguro garantia de fiel cumprimento	195.016
Responsabilidade Civil – Hangares e Operações Aeroportuários principal	3.084.624
Responsabilidade Civil – Hangares e Operações Aeroportuários excesso	1.689.650
Danos materiais – aeroporto e escritório administrativo	300.000
Riscos de Engenharia	24.150
Seguro de Risco Cibernéticos	284.342

29 Compromissos assumidos

a. Investimentos

O Plano de Exploração Aeroportuária (PEA) do Contrato de Concessão, estabelece as seguintes inversões obrigatórias (melhorias da infraestrutura aeroportuária) a realizar nos aeroportos até junho 2023 (44 meses após a Data de Eficácia do Contrato de Concessão):

- Ampliar a capacidade de processamento de passageiros e bagagens no aeroporto, incluindo terminal de passageiros, estacionamento de veículos e vias terrestres associadas, de modo a prover área e equipamentos adequados para processar, simultaneamente, no aeroporto, pelo menos as quantidades de passageiros detalhadas no PEA para cada aeroporto (todos os aeroportos).

- Disponibilizar área de pátio de aeronaves para acomodar, pelo menos, de forma simultânea e independente, 23 (vinte e três) aeronaves código “C”; 02 (duas) aeronaves código D e 02 (duas) aeronaves código “E”, entre posições atendidas por pontes de embarque e posições remotas (SBRF).
- Prover sistema visual indicador de rampa de aproximação nas cabeceiras de pistas de pousos e decolagens, quando houver (todos os aeroportos).
- Realizar adequações de infraestrutura necessárias para que os aeroportos estejam habilitados a operar, no mínimo, em Regras de Voo por Instrumento (IFR) não-precisão, sem restrição, noturno e diurno, aeronaves código 3C (todos os aeroportos).
- Implantar áreas de segurança de fim de pista (RESA), nas cabeceiras das pistas de pouso e decolagem (todos os aeroportos).
- Disponibilizar os recursos físicos para realização da inspeção de segurança em até 100% da bagagem despachada, da carga e da mala postal embarcadas em aeronaves partindo dos aeroportos (todos os aeroportos).
- Além disso, a Companhia deverá realizar os investimentos necessários nas infraestruturas para manter os níveis de serviço requeridos pelo PEA, em função da demanda atual.

Como se mostra em estas demonstrações financeiras, a Companhia está imersa em um plano de desenvolvimento dos seus ativos realizando significativos investimentos para o atendimento destes compromissos. A Administração avalia que não existirá descumprimento de suas obrigações contratuais de finalizar os investimentos em prazo.

b. Contribuição variável

Refere-se ao montante a ser pago ao Poder Concedente, a título de contribuição variável da outorga, resultante da aplicação das alíquotas apresentadas na seguinte tabela, sobre a receita bruta da Companhia.

Período	Alíquota
Da data de eficácia do contrato até o quarto ano-calendário completo (2019-2023)	-
Quinto ano (2024)	1,63%
Sexto ano (2025)	3,27%
Sétimo ano (2026)	4,90%
Oitavo ano (2027)	6,53%
Até o final da concessão (2028-2049)	8,16%

Consequentemente, a Companhia ainda não iniciou o pagamento de contribuição variável.

30 Demonstração dos fluxos de caixa - Transações sem efeito caixa

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração do fluxo de caixa está demonstrada na nota explicativa 7.

(ii) Informações suplementares

Na tabela abaixo são apresentadas as principais transações que não envolveram caixa no exercício:

	2022	2021
Atividades de investimentos		
Arrendamento	1.463	1.975
Aquisições de intangíveis pendentes de pagamento	<u>85.792</u>	<u>23.643</u>
	<u>87.255</u>	<u>25.618</u>

31 Arrendamentos

A seguir é proporcionada a informação sobre arrendamentos requerida pelo CPC 06(R1) / IFRS 16 – Arrendamento de forma direta ou por referência a outras notas destas demonstrações financeiras:

Ativos de direito de uso	Incluídos nos Balanços Patrimoniais como parte do Imobilizado (nota 11)
Passivos de arrendamento	Incluídos nos Balanços Patrimoniais como parte de Empréstimos e Arrendamentos (nota 14)
Juros sobre passivos de arrendamento	Nota 14
Encargos de depreciação para ativos de direito de uso por classe de ativo subjacente	Nota 11
Saídas de caixa totais para arrendamentos	Nota 14
Adições a ativos de direito de uso;	Nota 11
Valor contábil de ativos de direito de uso ao final do período de relatório por classe de ativo subjacente	Nota 11
Análise de vencimento de passivos de arrendamento	Nota 27
Outras informações sobre os arrendamentos	Nota 14

* * *

Conselho de Administração

Francisco Javier Marín San Andrés
Presidente

Rodrigo Marabini
Ruiz
Conselheiro

José Leo Vizcaíno
Conselheiro

Juan Carlos Alfonso
Rubio
Conselheiro

María José Cuenda
Chamorro
Conselheira

Antonio Fernández Poyato
Conselheiro

Fernando Santiago Yus
Sáenz de Cenzano
Conselheiro

Noelia Martínez Morato
Conselheira

Diretoria Executiva

Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano
Diretor Presidente

Joaquín Rodríguez Guerrero
Diretor Geral

Roberto Ángel Ramírez García
Diretor Econômico Financeiro

Begoña Felices Pascual
Diretora Comercial

Raúl Moya González
Diretor de Operações, Infraestrutura e TI

Ana Claudia Santos
Contadora
CRC: PE-031.931/O-1